

Home
Sala/Modalidades
Editais e Processos
Editais Arquivados
Atas e Documentos
Recursos
Esclarecimentos
Impugnações
Apenados / Impedidos
Contratações - PNCP
Dados de Mercado

← CONSULTAR IMPUGNAÇÃO

Nome do Usuário

Participante

Thiago do Nascimento

THIAGO DO NASCIMENTO PROJETOS DE ENGENHARIA

Solicitação

Solicitação criada às 20:33 em 14/07/2025

À ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME/SP Ref.: Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 011/2025 – Processo nº 5200/2025 Objeto: SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA, SUBSIDIARIA PELA MATÉRIA JURÍDICA, ECONÔMICA E DE ENGENHARIA, PARA ESTUDO E ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA MODERNIZAÇÃO DO PARQUE LUMINOTÉCNICO DO MUNICÍPIO DE LEME/SP IMPUGNANTE: DADOS PROJETO & EXECUÇÃO – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 45.944.582/0001-00, com sede em São Paulo/SP, representada por seu sócio Thiago do Nascimento, vem, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, apresentar tempestivamente a presente: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL I – DA LEGITIMIDADE E DO CABIMENTO A impugnação ao edital é instrumento legítimo e previsto na legislação vigente para permitir o controle prévio da legalidade e regularidade do instrumento convocatório, conforme previsto no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe: “Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.” A apresentação desta impugnação visa garantir o pleno respeito aos princípios constitucionais da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, bem como aos princípios específicos da licitação previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, quais sejam: planejamento, transparência, segurança jurídica, segregação de funções, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, desenvolvimento nacional sustentável e eficiência. Trata-se, portanto, de medida preventiva e proativa, voltada à correção de vícios que podem comprometer a lisura, a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. II – DAS IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS NO EDITAL 1. Exigência Desproporcional de Grau de Proteção IP67 O edital exige que as luminárias possuam grau de proteção IP67, o que representa vedação total contra poeira (nível 6) e submersão temporária em água (nível 7), conforme a norma NBR IEC 60529. No entanto, tal exigência não se justifica tecnicamente no contexto urbano de iluminação pública, uma vez que as luminárias são expostas à chuva e respingos, mas não a imersão. Além disso, o uso do IP67 em substituição ao IP66, que garante proteção contra jatos de água de alta pressão, pode ser até menos adequado em cenários como manutenção de vias públicas. Ocorre, portanto, excesso de rigor técnico, vedado expressamente no art. 41, §2º da Lei 14.133/2021, que dispõe: “As exigências de habilitação e de qualificação técnica e econômica deverão ser limitadas àquelas estritamente necessárias à garantia do cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.” Assim, o grau IP66 é suficiente e mais apropriado, sendo a exigência de IP67 desproporcional, restritiva à competitividade e carente de justificativa técnica no edital, afrontando também o art. 18, §1º da mesma lei, que exige motivação técnica para critérios e condições do edital. 2. Contradição entre Vida Útil de 100.000 horas e Garantia de Apenas 5 Anos O item 2.2 do edital estabelece vida útil mínima de 100.000 horas para as luminárias (equivalente a aproximadamente 22 anos), mas limita a garantia exigida a apenas 5 anos. Essa discrepância fere o princípio da vantajosidade, expressamente previsto no art. 11, I da Lei nº 14.133/2021, que determina: “O processo licitatório tem por objetivos: I – assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.” Ou seja, exigir um produto de longa durabilidade, mas aceitar uma garantia reduzida, transfere riscos à Administração e contraria a lógica de economicidade e eficiência. Portanto, é plenamente legítima a exigência de garantia mínima de 10 anos, especialmente quando o edital define parâmetros de desempenho superiores. 3. Exigência Indevida de IK09 em Descompasso com a Portaria INMETRO nº 20/2017 O edital exige que as luminárias possuam resistência a impactos mecânicos IK09, mas a Portaria INMETRO nº 20/2017, que regulamenta requisitos mínimos de desempenho e segurança para luminárias públicas, estabelece que o índice IK08 é o parâmetro mínimo necessário, conforme norma ABNT NBR IEC 62262. A exigência de IK09, sem motivação técnica explícita no edital, infringe os princípios da isonomia e da competitividade e também o art. 22, §3º da Lei nº 14.133/2021, que exige que as especificações técnicas sejam pautadas por normas técnicas oficiais vigentes, de forma clara e objetiva. A manutenção dessa exigência sem comprovar sua pertinência técnica e mercadológica restringe indevidamente a concorrência e pode configurar direcionamento. 4. Ausência de Projeto Luminotécnico A ausência de projeto luminotécnico ou de memorial descritivo detalhado compromete a precificação adequada e a viabilidade técnica da execução contratual, ferindo o princípio da planejamento (art. 5º, I) e da transparência (art. 5º, II) da Lei nº 14.133/2021. Além disso, inviabiliza o cumprimento do art. 6º, inciso X, da mesma lei, que exige a definição clara do objeto da licitação no Termo de Referência ou Projeto Básico, o que inclui dados técnicos e quantitativos essenciais à



- Home
- Sala/Modalidades
- Editais e Processos
- Editais Arquivados
- Atas e Documentos
- Recursos
- Esclarecimentos
- Impugnações
- Apenados / Impedidos
- Contratações - PNCP
- Dados de Mercado

conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021. A ausência de metodologia clara de definição dos preços referenciais e a adoção de valores inferiores aos praticados compromete a viabilidade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa, podendo ensejar execução contratual deficitária ou futura paralisação do objeto. III – DOS PEDIDOS Diante do exposto, requer-se: 1. A suspensão do certame, para correção das irregularidades apontadas; 2. A alteração da exigência de IP67 para IP66, por ser mais compatível com a finalidade e realidade da aplicação; 3. A exigência de garantia mínima de 10 anos, em coerência com a vida útil de 100.000 horas; 4. A adequação do grau de proteção IK para o mínimo legal de IK08, conforme Portaria INMETRO nº 20/2017; 5. A inclusão obrigatória do projeto luminotécnico ou memorial técnico descritivo, como peça integrante do edital; 6. A revisão dos preços de referência, com base em nova pesquisa mercadológica e técnica; 7. A republicação do edital, com as devidas correções, observando os princípios legais e constitucionais aplicáveis. Nestes Termos, Pede deferimento. São Paulo/SP, 14 de julho de 2025 DADOS PROJETO & EXECUÇÃO – ME CNPJ: 45.944.582/0001-00 Thiago do Nascimento

Documentos da Solicitação

DOCUMENTOS

IMPUGNAÇÃO EDITAL 011-2025 LEME V1.pdf	<input type="radio"/>
CARTÃO CNPJ.pdf	<input type="radio"/>
Requerimento Empresario (2).pdf	<input type="radio"/>

VOLTAR



Serviço exclusivo da Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBM